

Lisboa, 15 -16 Novembro 2007



*II Conferência de Lisboa sobre o
Direito e a Economia da Concorrência*



Centro Cultural de Belém

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em cooperação com

Fundação Luso-Americana

AICEP Portugal Global – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

A Autoridade da Concorrência Portuguesa, segundo os seus estatutos, deve promover a investigação em matéria de defesa da concorrência e fomentar uma cultura da concorrência entre os agentes económicos. Seguindo estes princípios, e após o sucesso da Primeira Conferência,¹ organizamos a Segunda Conferência de Lisboa sobre Direito e Economia da Concorrência.

O Objectivo da Conferência é debater os temas actuais nos domínios do direito e da economia da concorrência. Com esta finalidade, foram convidados como oradores, reconhecidos especialistas nestas áreas, da União Europeia e dos Estados Unidos da América. A audiência a que se destina esta conferência é constituída por magistrados, académicos, advogados e economistas, bem como técnicos das Autoridades Nacionais da Concorrência Europeias.

A Primeira sessão da Conferência é organizada conjuntamente com a comemoração do XV Dia Europeu da Concorrência, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Nesta sessão, será analisado o importante tema sobre a utilização mais eficiente dos Auxílios de Estado.

A Conferência debruçar-se-à depois sobre os seguintes temas: (I) o controlo judicial das decisões administrativas e as acções de indemnização por violação das regras da concorrência; (II) o controlo das concentrações em mercados regulados e das economias de rede; (III) conclusões dos debates na UE e EUA sobre os abusos de posição dominante e as práticas de monopolização, e (IV) o desafio da globalização às políticas da concorrência e industrial, a nível nacional e comunitário.

¹ Discursos e outras contribuições in "Competition Law and Economics – Advances in Competition policy and antitrust enforcement", a publicar em 2007, pela Kluwer Law International.



Organizado por

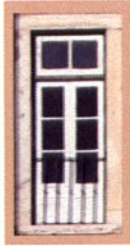
AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Em cooperação com

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA



aicep Portugal Global



08h30 - 09h30

Inscrições

09h30 - 10h30

Cerimónia de Abertura,

Presidida por S. Exa. o Presidente da República Portuguesa, Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva com a presença das Comissárias Europeias Neelie Kroes, responsável pela Concorrência, Meglena Kuneva, responsável pela Protecção dos Consumidores e do Presidente da Autoridade da Concorrência, Prof. Doutor Abel Mateus.

I.ª Sessão

10h30 - 13h00

Rumo a uma abordagem mais eficiente dos Auxílios de Estado

A Comissão Europeia decidiu, recentemente, adoptar novas orientações sobre os Auxílios de Estado. Como conseguir uma política mais eficiente? Quais os compromissos entre eficiência e equidade? Os problemas das políticas regionais e sectoriais e o seu impacto nas questões concorrenciais. O papel da Comissão Europeia e das Autoridades da Concorrência Nacionais.

Moderador:

Doutor Eduardo Lopes Rodrigues,

Vogal do Conselho, Autoridade da Concorrência Portuguesa

10h30 - 11h15

Oradores:

Dr.ª Lowri Evans

A nova abordagem da Comissão Europeia aos Auxílios de Estado: principais alterações e o seu impacto no primeiro ano da sua implementação. O novo ratio dos Auxílios de Estado na CE, maior enfoque e menores distorções sobre o mercado. O papel da Comissão Europeia e das Autoridades da Concorrência Nacionais.

Prof. Doutor Massimo Merola

A nova abordagem aos Auxílios de Estado: contribuições e limites decorrentes da jurisprudência dos Tribunais Europeus.

Intervalo (15 minutos)

11h30 - 13h00

Orador:

Dr. Mário Marques Mendes

A nova abordagem aos Auxílios de Estado: a perspectiva nacional e os principais desafios para melhorar a sua implementação.

Discussão



2.ª Sessão

14h30 - 16h30

O controlo judicial das decisões administrativas e as acções de indemnização por violação das regras da concorrência.

Os tribunais continuam a ter um papel importante na aplicação do Direito da Concorrência relativamente ao controlo das decisões administrativas adoptadas pelas Autoridades da Concorrência, na UE e nas acções de indemnização por violação das regras da concorrência, tanto nos EUA como na UE, onde as últimas são pouco expressivas. Quais as perspectivas para as acções de indemnização por violação das regras da concorrência na UE? Como garantir uma melhor coordenação entre a aplicação do Direito da Concorrência pelas entidades públicas nacionais e as acções de indemnização por violação das regras da concorrência? Quais as discrepâncias entre o Direito Anglo-Saxónico e o Direito Continental? Comparação entre as experiências da UE e dos EUA.

Moderador:

Prof. Doutor Rui Moura Ramos

Presidente do Tribunal Constitucional Português

14h30 - 16h15

Oradores:

Juiz Douglas H. Ginsburg

O papel dos tribunais na aplicação das regras da concorrência nos EUA. Benefícios e custos da actividade das autoridades da concorrência perante as acções de indemnização por violação das regras da concorrência: a perspectiva dos EUA.

Juiz John D. Cooke

Controlo judicial exercido pelos Tribunais Europeus. Benefícios e custos da actividade das autoridades da concorrência perante as acções de indemnização por violação das regras da concorrência: a perspectiva da UE.

Prof. Doutor Frédéric Jenny

Como tornar o sistema de aplicação das regras da concorrência mais eficiente? Que discrepâncias existem entre o Direito Anglo-Saxónico e o Direito Continental? Comparação dos dois sistemas numa perspectiva jurídica e económica.

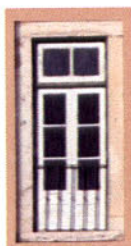
Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia

Realizações e limites do regime jurídico da Concorrência em Portugal no que concerne à aplicação destas regras por iniciativa pública ou privada.

Discussão

Intervalo (15 minutos)





3.ª Sessão

16h30 - 18h30

Controlo de Concentrações em Mercados Regulados

As concentrações em mercados regulados, especialmente nos sectores das telecomunicações e energia, colocam questões específicas relacionadas com as economias de rede e com a interacção das autoridades da concorrência e dos reguladores sectoriais. Como construir um verdadeiro Mercado Único na UE? Que lições retirar da experiência dos Estados Unidos da América?

Moderador:

Prof. Doutor Diogo de Lucena,

Fundação Calouste Gulbenkian e Universidade Nova de Lisboa

16h30 - 18h30

Oradores:

Prof. Doutor Dennis W. Carlton,

A diferença da análise das concentrações e da sua implementação nos pequenos e nos grandes países. Lições teóricas.

Prof. Doutor Damien Neven,

O actual debate sobre os campeões nacionais dos mercados de energia e de telecomunicações na UE. Quais os custos para a União Europeia? Lições teóricas.

Prof. Doutor Luis Cabral,

Novas abordagens teóricas das concentrações nas indústrias de redes.

Discussão





4.ª Sessão

9h00 - 9h30

Sessão Especial:

Dr. Thomas O. Barnett,

Assistant Attorney General for Antitrust, Department of Justice, EUA

A modernização do quadro jurídico e institucional da concorrência.

9h30 - 13h00

Abuso de posição dominante e práticas de monopolização: conclusões dos debates na UE e nos EUA

Nos últimos dois anos têm surgido intensos debates em torno do artigo 82, relativo aos abusos de posição dominante na Europa, e sobre a secção 2 do *Sherman Act*, relativa às práticas de monopolização nos EUA. É tempo de comparar as principais conclusões e as diferenças entre a UE e os EUA.

Moderadora:

Dra. Teresa Moreira,

Vogal do Conselho, Autoridade da Concorrência Portuguesa

9h30 - 11h00

Oradores:

Dr. Emil Paulis

Quais as principais conclusões do actual debate sobre as linhas de orientação relativas ao artigo 82? Certeza jurídica versus rule of reason

Prof.ª Doutora Inge Govaere

Como é que o actual debate e as suas principais conclusões poderão influenciar, no futuro, a implementação da política da concorrência?

Prof. Doutor Patrick Rey

Uma perspectiva económica sobre os resultados do debate. Que desafios para os economistas que trabalham em concorrência?

Intervalo (15 minutos)

11h15 - 13h00

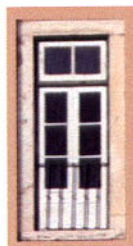
Oradores:

Prof. Doutor Barry E. Hawk

Quais as principais conclusões do actual debate sobre o Sherman Act, secção 2? Certeza jurídica versus rule of reason.

Prof. Doutor Herbert Hovenkamp

Jurisprudência e o futuro da política da concorrência à luz do debate sobre modernização no que respeita às práticas de monopolização.



Prof. Doutor Timothy Bresnahan

Uma perspectiva económica sobre o debate actual e as suas implicações nos principais casos de práticas de monopolização. Desafios para a teoria económica.

Discussão

5.ª Sessão

14h30 - 18h00

Política da Concorrência e Política Industrial num Mundo Globalizado

Qual o papel da política da concorrência e das políticas sectoriais e, em particular, da política industrial, no contexto do Mercado Único? Qual a experiência, em termos de consistência e de compromissos entre estas duas políticas nos EUA? Trará a globalização novas questões para este debate? O enigma dos campeões nacionais.

Moderador:

Dr. Rui Machete,

Presidente do Conselho Executivo, Fundação Luso-Americana (FLAD)

14h30 - 16h00

Oradores:

Prof.ª Doutora Anne Perrot

O actual debate relativo aos campeões nacionais, europeus e globais. Merecerão os efeitos de rede ou características de transacção atenção especial no debate?

Prof. Doutor John Fingleton

O impacto económico de uma combinação inadequada das políticas da concorrência e industrial. Qual o papel para estas políticas no actual contexto da UE?

Intervalo (15 minutos)

16h15 - 17h45

Oradores:

Prof. Doutor Lawrence J. White

Qual o papel para a política da concorrência e a política industrial: teoria e prática na perspectiva norte-americana.

Prof. Doutor Thomas Ross

A experiência do Canadá no que se refere aos campeões nacionais e às diferentes formas do novo proteccionismo.

18h00

Sessão de Encerramento





ORADORES

Direito

- Prof. Doutor Barry E. Hawk, *Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP e Director, Fordham Competition Law Institute, USA*
- Juiz Douglas H. Ginsburg, *U.S. Court of Appeals for the District of Columbia Circuit, Washington D.C., USA*
- Dr. Emil Paulis, *Director-Geral Adjunto para o Antitrust, DG COMP, Comissão Europeia*
- Prof. Doutor Frédéric Jenny, *Cour de Cassation, Paris*
- Prof. Doutor Herbert Hovenkamp, *University of Iowa College of Law, EUA*
- Prof.^a Doutora Inge Govaere, *Professor of European Law, Ghent University e Director, European Legal Studies Department, Colégio da Europa, Bruges, Bélgica*
- Juiz John D. Cooke, *Tribunal de Primeira Instância*
- Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia, *Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa; Sérvulo Correia e Associados, Lisboa, Portugal*
- Dr.^a Lowri Evans, *Directora-Geral Adjunta para os Auxílios de Estado, DG COMP, Comissão Europeia*
- Dr. Mário Marques Mendes, *Marques Mendes e Associados, Lisboa*
- Prof. Doutor Massimo Merola, *Colégio da Europa, Bruges, Bélgica*
- Dr. Thomas O. Barnett, *Assistant Attorney General for Antitrust, Department of Justice, EUA*

Economia

- Prof.^a Doutora Anne Perrot, *Vice-Présidente, Conseil de la Concurrence, França*
- Prof. Doutor Damien Neven, *Economista Chefe, DG COMP, Comissão Europeia*
- Prof. Doutor Dennis W. Carlton, *Deputy Assistant Attorney General, Department of Justice, Antitrust Division e University of Chicago, EUA*
- Prof. Doutor John Fingleton, *Chief Executive, Office of Fair Trading, Reino Unido*
- Prof. Doutor Lawrence J. White, *New York University, EUA*
- Prof. Doutor Luís Cabral, *New York University, EUA*
- Prof. Doutor Patrick Rey, IDEI, *Université de Toulouse, França*
- Prof. Doutor Thomas Ross, *University of British Columbia, Canadá*
- Prof. Doutor Timothy Bersnahan, *Stanford University, EUA*



The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry, no matter how small, should be recorded to ensure the integrity of the financial statements. This includes not only sales and purchases but also expenses and income. The document provides a detailed explanation of how to categorize these transactions correctly, ensuring they are recorded in the appropriate accounts. It also highlights the need for regular reconciliation to identify any discrepancies between the recorded amounts and the actual bank statements or receipts.

The second part of the document focuses on the preparation of the financial statements. It outlines the steps involved in calculating the net income or loss for the period, starting from the total sales and subtracting the cost of goods sold and operating expenses. It also discusses the calculation of the gross profit and the contribution margin, which are key indicators of the company's profitability. The document provides a clear breakdown of the components of each financial statement, including the balance sheet, income statement, and cash flow statement, and explains how they are interrelated.

The final part of the document discusses the importance of reviewing and analyzing the financial statements. It emphasizes that the statements should be read carefully to identify any trends or areas of concern. It provides a checklist of key ratios and metrics that should be calculated and compared to industry benchmarks. The document also discusses the importance of providing a clear and concise explanation of the results to the management and the board of directors, highlighting the strengths and weaknesses of the company's financial performance.